

Financeirização, Sistema da Dívida e os reflexos das fraudes do Banco Master para a classe trabalhadora

Brasília, 05 de maio de 2026 - 9h às 13h - Câmara dos deputados

Realização: Auditoria Cidadã da Dívida e Frente Parlamentar sobre o Limite dos Juros e Auditoria Integral da Dívida Pública com Participação Popular

Financeirização, sistema da dívida e a degradação do trabalho no Brasil*Miguel Bruno¹***1. O que significa financeirização e como surgiu?**

A financeirização desenvolve-se como um fenômeno macroeconômico e estrutural, que captura os Estados nacionais e suas economias. Subordina bancos centrais e as finanças públicas aos interesses privados do setor financeiro nacional e estrangeiro, com impactos negativos tanto para países em desenvolvimento, quanto já desenvolvidos.

Ao promover estratégias de revalorização dos capitais através de operações bancário-financeiras, de caráter invasivo e subordinador dos processos de revalorização nos setores não-financeiros, a financeirização reduz os investimentos produtivos e limita o crescimento econômico. Concentrando renda e riqueza em benefício das elites rentistas e proprietárias de bancos, deteriora as condições de vida da maioria da população das classes médias e de baixa renda que vivem do trabalho assalariado.

Os estudos sobre o caso brasileiro mostram que, desde os anos 1990 — quando o país se lançou de forma precipitada e acrítica aos mercados globais, sem qualquer estratégia nacional de desenvolvimento — o endividamento público interno passou a constituir o principal eixo da acumulação rentista-financeira. E isso acontece porque a liberalização financeira profunda — sustentada por controles frágeis sobre os capitais especulativos, limitados agora ao IOF e não a restrições quantitativas — torna a política monetária refém dos fluxos de capitais voláteis de curto prazo e o real sujeito a ataques especulativos.

2. Um padrão de inserção internacional estruturado para a acumulação financeira

Por ser uma economia predominantemente primário-exportadora, o Brasil não consegue acumular reservas internacionais no mesmo ritmo e volume das economias que exportam bens de maior complexidade e intensidade tecnológica. Sua restrição externa é portanto elevada, o que faz o Banco Central do Brasil e o Ministério da Fazenda a periodicamente desacelerar o crescimento da economia. Nesse contexto, a absorção de capitais especulativos torna-se a regra institucionalizada para compensar os frequentes déficits em transações correntes do balanço de pagamentos. É por esta razão que a manutenção da Selic real em patamares extremamente elevados não se explica apenas pela necessidade do controle da inflação. Trata-se de preservar a eficiência e estabilidade da plataforma de valorização e acumulação rentista em que o sistema bancário-financeiro brasileiro se converteu em benefício de uma minoria de bilionários detentores de capital.

A volatilidade cambial que esse regime provoca dificulta o planejamento econômico de longo prazo, pois a tendência à substituição monetária da moeda nacional pelo dólar está sempre presente nesse tipo de economia com elevado grau de abertura financeira e de dependência externa. Buscando recorrentemente contorná-la por seus efeitos inflacionários, e institucionalmente impedido de bloquear a entrada e a saída dos capitais especulativos, o Banco Central mantém a Selic em níveis anormalmente elevados. Para o setor produtivo, cujas operações empresariais exigem grande volume de recursos imobilizados em capital fixo, os riscos tornam-se extremamente elevados, ao mesmo tempo em que os investimentos em modernização e inovações tecnológicas ficam demasiadamente caros e por isso adiados.

Trata-se de um modelo econômico cujo padrão de inserção internacional foi moldado segundo os interesses do setor bancário-financeiro privado, nacional e estrangeiro, em detrimento das necessidades operacionais do setor produtivo. Como consequência, a elevação sustentada da renda per capita e a melhoria significativa dos níveis de vida da ampla maioria da população têm sido sistematicamente obstadas.

A financeirização é, portanto, o ponto de partida e de chegada dessas regularidades estruturais que se

reproduzem aprisionando a economia aos interesses do mercado financeiro. Amplia, de modo generalizado, e por canais financeiros cada vez mais diversificados, as oportunidades de realização do objetivo essencial do processo capitalista de acumulação: a obtenção do maior lucro monetário possível, mas em detrimento das atividades produtivas fundamentais à soberania e ao desenvolvimento nacionais.

3. A captura do Estado e as políticas fiscal e monetária pró-acumulação financeira

Os estudos internacionais sobre financeirização são unânimes quanto a um resultado crucial para as classes trabalhadoras e para o desenvolvimento econômico: onde esse fenômeno existe, as economias não prosperam. Os estados nacionais são capturados e a política econômica reduz-se a instrumento governamental focado na estabilidade financeira e da inflação, ainda que seja às custas dos investimentos produtivos e dos gastos sociais imprescindíveis à redução das desigualdades estruturais. Como resultado, o Brasil permanece prisioneiro da renda média há mais de 40 anos, numa economia de baixo e instável crescimento econômico, em trajetória acelerada de desindustrialização e de reprimarização de sua economia.

A defesa do chamado tripé de política econômica (regime de câmbio flutuante, metas de inflação e de superávits fiscais primários) adotado pelo Brasil após o ataque especulativo contra o real em janeiro de 1999 é uma derivação igualmente acrítica e açodada do Novo Consenso Macroeconômico importado de trabalhos acadêmicos estadunidenses. Com o tripé em funcionamento, o Estado perde autonomia na definição das políticas fiscal e monetárias que passam a ser formatadas e permanentemente monitoradas pelas expectativas e interesses de operadores de carteira do mercado financeiro. A política monetária passa ao status de principal instrumento de estabilização financeira e inflacionária através da manutenção da Selic em níveis extremamente elevados, apesar dos efeitos colaterais altamente prejudiciais aos setores que precisam produzir e vender com lucro suas mercadorias e serviços. Mantida continuamente restritiva e voltada à sustentabilidade da dívida pública, a política fiscal tem seu papel contracíclico minimizado ou até cancelado pela lógica da austeridade que sacrifica o emprego, os salários e o crescimento econômico.

4. O sistema da dívida retroalimenta-se pelo endividamento público e pelo privado

Potencializados pelas novas tecnologias digitais e pelas inovações de produtos e serviços, os canais institucionais de apropriação rentista-financeira se espalham tanto pelo setor público quanto pelo setor privado. Elevam o sistema da dívida a um novo patamar que se poderia chamar de *sistema das dívidas*, uma vez que o endividamento público interno, a taxas usurárias de juros, reforça e reproduz-se em sinergia com a dominância do setor financeiro privado sobre famílias e empresas, provocando seu superendividamento e inadimplência.

O Brasil vive hoje o maior nível de endividamento familiar já registrado. O percentual de famílias brasileiras endividadadas atingiu 80,4% em março, maior nível da série histórica da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). As dívidas decorrem do uso de cheque especial, rotativo dos cartões de crédito, carnês, crédito consignado etc.. Mas a principal causa do superendividamento são os juros usurários cobrados pelos bancos, conjugados com a baixa renda familiar per capita. Paralelamente, observa-se a difusão de incontáveis cursos de educação financeira que, no entanto, revelam-se pouco eficazes diante da realidade imposta pelos baixos salários e pela crescente precarização do trabalho no atual modelo econômico brasileiro.

Conseqüentemente, o caráter dual do sistema da dívida, que articula o endividamento público ao privado de famílias e empresas não-financeiras converte-se no principal eixo da acumulação rentista-financeira, capturando o Estado nacional independentemente de quais partidos ocupem o Executivo ou o Legislativo Federal. O poder da alta finança doméstica, potencializado e articulado à sua contraparte internacional liderada pelos Estados Unidos, impõe-se sobre governos centrais, estaduais e municipais.

Por meio da mobilização de lobbies junto às instituições e organismos estatais, busca preservar e aprofundar a austeridade fiscal e as reformas institucionais que, ora restringem, ora suprimem direitos constitucionais fundamentais da cidadania e da dignidade social. Sem precisarem enfrentar resistência política significativa, avançam em um processo contínuo de desconstrução da Constituição Federal de 1988, orientados por preceitos ideológicos do neoliberalismo, sempre alinhados aos interesses estrangeiros sobre as riquezas naturais do Brasil.

5. Emprego e salário tornam-se variáveis de ajuste e a qualidade dos postos de trabalho declina com a expansão do setor serviços não-sofisticados

A concentração funcional da renda, medida pela participação dos salários no PIB, aumenta em favor dos lucros e penaliza a classe trabalhadora. Isso ocorre porque as taxas de lucros do setor produtivo dependem tanto da demanda por seus produtos, quanto da produtividade empresarial e ambas são sacrificadas pelo tripé de política econômica. Se o investimento em bens de capital fixo por trabalhador ocupado na produção é reduzido pelo custo elevado do crédito, os ganhos de produtividade ficam estagnados. Dada a parcela rentista na renda nacional (a finance income share ou rentier share) em constante avanço devido às elevadas taxas reais de juros em capitalização composta, as empresas são forçadas a ajustes de rentabilidade por redução de salários e precarização da ocupação. Como os salários são simultaneamente custo de produção e principal fator da demanda de consumo de massa nas economias capitalistas, pois estas funcionam sobre a base de sociedades salariais (pela PNADC/IBGE, mais de 70% da ocupação corresponde a pessoas empregadas assalariadas com e sem carteira assinada), cortes de salários, benefícios e encargos sociais elevam os lucros somente no curto prazo. Dois a três anos depois, as taxas de lucro voltam a cair devido à queda da demanda de consumo provocada pela diminuição dos rendimentos salariais e pela instabilidade da ocupação. E novamente, num círculo vicioso antidesenvolvimento, o processo recomeça com mais reformas do Estado, privatizações e mais precarização das relações de trabalho.

6. Conclusão - um modelo que desloca a economia brasileira para fora de sua trajetória de desenvolvimento e justiça social

"Manter o capital numa posição hegemônica e o trabalho numa posição subordinada, constitui uma constante histórica em relação à teoria e à prática do Estado brasileiro. As variações ocorridas são de ênfase ou de estilo."

(Carlos A. Afonso e Herbert de Souza, *O Estado e o Desenvolvimento Capitalista no Brasil: A crise fiscal*. 1977)

O Brasil é um imenso país rico em recursos naturais e com uma população de mais de 213 milhões de habitantes. Mas grande parte dela não desfruta de condições de vida dignas e compatíveis com os direitos sociais. A principal razão é econômica, mas perpetuada por condições políticas e institucionais desfavoráveis à classe trabalhadora. Na dimensão produtiva, a economia é movida por dois motores de baixa potência para o seu crescimento econômico e desenvolvimento social. Centrados nos dois setores ganhadores com a financeirização e a reprimarização da economia brasileira, esses motores correspondem à:

- a) uma plataforma de revalorização e acumulação rentista-financeira de curto prazo, controlada por cinco grandes bancos e seus parceiros de finanças internacionais que, em colaboração estrutural, detêm mais de 80% de toda a oferta de crédito da economia brasileira.
- b) uma plataforma exportadora de commodities agrícolas, metálicas e energéticas, cuja principal característica é o baixo valor agregado e reduzido índice de complexidade econômica dos produtos que comercializa, o que evidencia sua inserção periférica na divisão internacional do trabalho.

Para que o Estado retome sua missão constitucional de promover o desenvolvimento do Brasil, é indispensável desfinanceirizar a economia, para recuperar a autonomia da política econômica e restituir ao orçamento público sua função social. Esse processo exige, como primeiro passo, uma auditoria abrangente das estruturas que perpetuam o endividamento estatal e subordinam as finanças públicas aos interesses da alta finança rentista, nacional e internacional. Nesse contexto, a atuação da Auditoria Cidadã da Dívida revela-se fundamental e inadiável, não apenas para expor como a gestão das contas públicas foi capturada por conveniências setoriais e interesses particulares, mas também para possibilitar que a classe trabalhadora compreenda o funcionamento das instituições que afetam diretamente suas condições de vida.

[1] Miguel Bruno é economista formado pela UERJ, mestre em Economia pela UFF e doutor em Economia das Instituições pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), em Paris, além de doutor em Economia pela UFRJ. É Professor Titular da Faculdade de Ciências Econômicas da UERJ e do Mackenzie Rio, e integra o corpo docente permanente da Pós-Graduação em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE. Atua também como pesquisador associado do Centre des Recherches sur les Institutions, l'Industrie et les Systèmes Économiques d'Amiens da Université de Picardie Jules Verne (UPJV), na França. Suas pesquisas concentram-se na financeirização das economias em desenvolvimento, nos regimes de crescimento subordinados à acumulação rentista-financeira e na economia das desigualdades e das condições de vida.

